



# MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

## AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL)

Concurso Público

NÍVEL SUPERIOR

**CARGO 3:**

**ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO DE  
SERVIÇOS PÚBLICOS DE ENERGIA – ÁREA 3**

**TARDE**

**Caderno de Provas**

**LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.**

- 1 Confira atentamente se os seus dados pessoais e os dados identificadores do cargo a que você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado em sua folha de respostas e em seu caderno de textos definitivos da prova discursiva. Confira também o seu nome e o nome do cargo a que você concorre em cada página numerada deste caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada na sua folha de respostas, correspondentes à prova objetiva  $P_2$ , e a prova discursiva  $P_4$ , acompanhada de espaços para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente divergência quanto aos seus dados pessoais ou quanto aos dados identificadores do cargo a que você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da **folha de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:  

***Há muitas razões para duvidar e uma só para crer.***

Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.
- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo da prova discursiva para a folha de texto definitivo.
- 5 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo e deixe o local de provas.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo poderá implicar a anulação das suas provas.

#### OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet – [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br).
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (P<sub>2</sub>)

Julgue os itens a seguir, acerca do sistema de governança do Sistema Elétrico Brasileiro (SEB).

- 51 Integram o sistema de governança do setor elétrico brasileiro o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), o Ministério de Minas e Energia (MME), a ANEEL, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).
- 52 O CMSE é presidido pelo ministro de Minas e Energia e, na sua composição, conta com representantes da ANEEL, da Agência Nacional de Petróleo e Biocombustíveis, da CCEE, da EPE e do ONS.
- 53 A EPE é o órgão responsável por estabelecer o planejamento energético nacional. Para tanto, desenvolve estudos nas áreas de energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados, carvão mineral, fontes energéticas renováveis e eficiência energética, entre outras.

Acerca dos regimes para os prestadores de serviços no SEB, julgue os itens subsequentes.

- 54 Agentes de geração de energia elétrica, previamente à implantação do empreendimento, devem obter uma concessão ou uma autorização do poder concedente para produzir energia elétrica, com exceção do aproveitamento de potenciais hidráulicos menores ou iguais a 1.000 kW e das usinas termelétricas com potência menor ou igual a 5.000 kW, que precisam ser apenas comunicados ao poder concedente.
- 55 Presta serviço público de distribuição a cooperativa de eletrificação que não preenche os requisitos para regularização como permissionária e recebe autorização específica do poder concedente para operação de instalações de energia elétrica, de uso privativo de seus associados, cujas cargas se destinem ao desenvolvimento de atividade predominantemente rural.

Os direitos e deveres dos usuários e das concessionárias dos serviços de energia elétrica são regulados pela ANEEL, por meio de resoluções. Com relação a esse assunto, julgue os itens de 56 a 59.

- 56 A distribuidora responde, independentemente da existência de culpa, pelos danos elétricos causados a equipamentos elétricos instalados em unidades consumidoras e, se não houver pendência de responsabilidade do consumidor, o prazo máximo para ressarcimento do dano por meio de pagamento em moeda corrente ao solicitante ou, ainda, para providenciar o conserto ou a substituição do equipamento danificado é de quarenta e cinco dias após a data do pedido de ressarcimento.
- 57 O consumidor pode exigir da distribuidora de energia elétrica, a qualquer tempo, a aferição do respectivo medidor de energia elétrica. Após a aferição pela distribuidora, o consumidor pode ainda solicitar a realização de nova aferição do equipamento junto ao órgão metrológico oficial, hipótese em que os custos serão assumidos pela concessionária quando for detectado erro no medidor, e, caso contrário, devem ser arcados pelo consumidor.

58 É facultado à distribuidora de energia elétrica incluir na fatura de energia elétrica propagandas comerciais e mensagens político-partidárias, desde que não interfiram nas informações obrigatórias.

59 Quando o medidor e demais equipamentos de medição necessários para o faturamento do serviço prestado são fornecidos e instalados pela distribuidora, às suas expensas, a indisponibilidade de equipamentos de medição justifica o retardamento da ligação e o início do fornecimento, descaracterizando o descumprimento, pela distribuidora, dos prazos estabelecidos na regulação do setor.

Julgue os seguintes itens, acerca da comercialização de energia elétrica e dos regimes de preços e tarifas dos vários segmentos do setor elétrico.

60 Concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica fornecem energia aos consumidores cativos, de acordo com tarifas definidas pela ANEEL, que consideram custos não gerenciáveis, tais como os preços da energia adquirida de Itaipu, de agentes de geração ou importada, os custos de transporte dessa energia e os encargos setoriais; e custos gerenciáveis, como a remuneração dos investimentos da distribuidora na rede de distribuição, os custos de manutenção dessa rede, as perdas técnicas e comerciais e os gastos com pessoal.

61 Os agentes concessionários e autorizados de geração, importadores de energia, comercializadores e consumidores livres podem formalizar contratos bilaterais de fornecimento de energia elétrica com preços e prazos definidos pelos próprios contratantes, de acordo com a oferta e a procura por energia no momento de assinatura desses contratos.

62 A CCEE é o local onde os contratos celebrados entre agentes de geração, distribuição, importação, comercialização e consumidores livres, que atuam no Sistema Interligado Nacional, são registrados.

63 O preço de liquidação das diferenças é calculado antecipadamente, com periodicidade máxima semanal, para cada submercado, com base no custo marginal da operação, e deve observar, entre outros fatores, as condições técnicas e econômicas para o despacho das usinas, incluindo a disponibilidade de equipamentos de geração e transmissão e as projeções para a demanda de energia, para os preços dos combustíveis e para o custo do *deficit* de energia elétrica.

64 No Sistema Interligado Nacional, podem contratar livremente a energia de que precisam o consumidor e o conjunto de consumidores reunidos por consórcio de interesses de fato ou de direito, cuja carga seja igual ou superior a 500 kW, atendidos em qualquer tensão, desde que a energia adquirida seja oriunda das chamadas fontes incentivadas, a saber: pequenas centrais hidrelétricas, usinas que empreguem biomassa, usinas solares, usinas eólicas e sistemas de cogeração qualificada.

65 A legislação assegura aos produtores independentes de energia elétrica e aos consumidores livres o livre acesso aos sistemas de distribuição e transmissão de concessionários e permissionários do serviço público de energia elétrica, mediante ressarcimento do custo do transporte envolvido, calculado com base em critérios fixados pelo poder concedente, competindo ao ONS efetuar as avaliações de viabilidade técnica dos requerimentos de acesso aos sistemas de transmissão, e celebrar, em nome das empresas de transmissão, os contratos de uso dos sistemas de transmissão.

Julgue os itens seguintes, relativos ao regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos.

- 66** Entre as peculiaridades da concessão, está a possibilidade de o poder concedente decretar a intervenção na empresa concessionária, medida de natureza investigatória, e não punitiva.
- 67** As usinas termelétricas destinadas à produção independente podem ser objeto de concessão mediante autorização.
- 68** A ANEEL dispõe de competência legal para declarar a utilidade pública, para fins de desapropriação ou instituição de servidão administrativa, das áreas necessárias à implantação de instalações de concessionários, permissionários e autorizados de energia elétrica.

No que se refere à legislação pertinente à atuação da ANEEL, julgue os itens a seguir.

- 69** De acordo com a legislação de regência, as divergências entre as concessionárias devem ser dirimidas, no âmbito administrativo, pelo poder concedente.
- 70** Apesar de constituir autarquia sob regime especial, a ANEEL não dispõe de autonomia patrimonial e financeira, por estar vinculada diretamente ao Ministério de Minas e Energia.
- 71** Por se tratar de competência própria do Ministério de Minas e Energia, a atuação no processo de definição e controle de preços e tarifas não se insere entre as competências da ANEEL.
- 72** A critério da diretoria, as reuniões deliberativas destinadas a resolver pendências entre agentes econômicos do setor de energia elétrica podem ser públicas.
- 73** Entre as atribuições exclusivas conferidas pela legislação de regência ao diretor-geral da ANEEL, está a responsabilização solidária pelo cumprimento do contrato de gestão.

A respeito da geração e comercialização de energia elétrica, julgue o item abaixo.

- 74** Na contratação regulada, os riscos hidrológicos são assumidos pelos compradores, com direito de repasse às tarifas dos consumidores finais, nos denominados contratos de disponibilidade de energia.

No tocante à CCEE e à atuação da ANEEL, julgue o item que se segue.

- 75** Tanto eventual quanto temporária, a comercialização pelo agente autoprodutor dos excedentes de energia elétrica depende de autorização da CCEE.

Acerca da regulação de cooperativas e da regulação de serviços de energia elétrica, julgue os seguintes itens.

- 76** As cooperativas de eletrificação rural, titulares de permissão ou autorização, recebem classificação de consumidor rural, subclasse cooperativa de eletrificação rural, e possuem as tarifas de fornecimento vinculadas aos descontos, caso atendidas as disposições regulamentares concernentes aos serviços de eletrificação rural.
- 77** As permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica devem registrar e apurar, separadamente, para fiscalização pela ANEEL, os investimentos e os custos de distribuição de energia elétrica, incluindo os relativos às novas instalações, expansões e modificações do seu sistema elétrico.
- 78** Quando a fiscalização constatar irregularidade praticada por agente do setor elétrico, a ANEEL, alternativamente à imposição de penalidade, pode firmar com a concessionária, permissionária ou autorizada de serviços e instalações de energia elétrica termo de compromisso de ajuste de conduta, visando à adequação da conduta irregular às disposições regulamentares ou contratuais aplicáveis.
- 79** Em conformidade com a regulação de serviços de energia elétrica em vigor, nas instalações de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, em implantação ou a serem implantadas, devem ser observados os limites de referência para exposição do público em geral e da população ocupacional a campos elétricos e magnéticos recomendados pela Organização Mundial de Saúde. Nas instalações já existentes, esses limites não precisam ser observados, uma vez que as adequações dessas instalações, em geral, se mostram economicamente inviáveis.
- 80** A partir da detecção de uma condição anormal de operação ou de contingências múltiplas, o Sistema Especial de Proteção (SEP) realiza ações automáticas para preservar a integridade do Sistema Interligado Nacional (SIN), bem como de seus equipamentos e linhas de transmissão. Essencial para que o SIN opere com qualidade e segurança, o SEP é um dos serviços ancilares provido pelos agentes de geração, transmissão e distribuição vinculados ao SIN, sem ônus para os demais agentes e consumidores.

Considerando a Resolução ANEEL n.º 278/2000, que objetivou estabelecer limites e condições para a participação de agentes econômicos nas atividades do setor de energia elétrica, julgue os itens que seguem.

- 81** Uma das justificativas para adoção dessa resolução foi o contínuo ingresso de novos agentes econômicos no setor, devido aos processos de desverticalização e privatização de empresas de energia elétrica, licitação de novas concessões e autorizações de novas usinas térmicas e pequenas centrais hidrelétricas.
- 82** Empresa do setor é aquela que detém a concessão, a autorização ou a permissão para atuar no setor de energia elétrica como empresa de geração, de transmissão ou de distribuição ou como agente comercializador.
- 83** O limite máximo para que uma empresa distribuidora faça transações de aquisição ou destinação de energia intragrupo é de 35% da energia comercializada com seus consumidores.

A Lei n.º 8.884/1994 transformou o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em autarquia destinada a zelar pelos ditames constitucionais de liberdade de iniciativa, livre concorrência, função social da propriedade, defesa dos consumidores e repressão ao abuso do poder econômico. A esse respeito, julgue os próximos itens.

- 84 Uma empresa que aumente arbitrariamente seus lucros, consubstanciando fixação artificial de preço, pode ser alvo de processo administrativo no âmbito do CADE.
- 85 O CADE é autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda.
- 86 Toda transação entre uma distribuidora e uma geradora de energia elétrica que possuam sócios em comum, ainda que uma não possua participação no capital da outra, deve ser analisada como transação intragrupo.
- 87 Com base na referida lei, os atos de pessoas jurídicas de direito público ou privado podem ser analisados, mesmo quando exercerem atividade sob regime de monopólio legal.

De acordo com o manual de contabilidade do serviço público de energia elétrica, julgue os itens subsequentes.

- 88 Pela sua especificidade, as normas previstas no manual em questão não se vinculam às práticas contábeis estabelecidas pela legislação societária brasileira.
- 89 O balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e o relatório da administração estão entre as componentes principais das demonstrações contábeis do setor elétrico.
- 90 Bens inservíveis podem ser desvinculados das concessões de serviço público de energia elétrica, para fins de alienação, desde que o resultado da alienação seja depositado em conta bancária vinculada à aplicação na própria concessão.

Segundo a NBCT-11, a auditoria das demonstrações contábeis constitui o conjunto de procedimentos técnicos que visa à emissão de parecer acerca da sua adequação, consoante os princípios fundamentais de contabilidade e as normas brasileiras de contabilidade e, no que for pertinente, a legislação específica. Com relação a esse tema, julgue os itens que se seguem.

- 91 Inexistindo qualquer ressalva no parecer de auditoria, entende-se que o auditor considera, exclusivamente sob o aspecto de conteúdo, adequadas e suficientes, para o entendimento dos usuários, as informações divulgadas nas demonstrações contábeis.
- 92 A identificação das partes relacionadas deve ocorrer na fase de planejamento dos trabalhos de auditoria, possibilitando detectar, no decorrer destes, quaisquer transações relevantes que as envolvam.
- 93 O parecer dos auditores independentes é o documento por meio do qual o auditor expressa sua opinião, de forma clara e objetiva, não sendo aceitável que se abstenha de emití-la.
- 94 Os testes de auditoria podem ser de observância ou substantivos. Esses últimos visam obter evidências quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelo sistema contábil da entidade, dividindo-se em testes de transações e saldos; e procedimentos de revisão analítica.
- 95 Em geral, o parecer é dirigido aos acionistas, cotistas, ou sócios, ou outro ente equivalente, segundo a natureza da entidade, podendo também, em condições especiais, ser dirigido ao contratante do serviço.
- 96 Previamente ao início dos trabalhos de auditoria, o auditor deve obter carta que evidencie a responsabilidade da administração quanto às informações e aos dados e à preparação e à apresentação das demonstrações contábeis submetidas aos exames de auditoria.

Considerando que um capital seja investido à taxa de 10% ao ano, julgue os itens que seguem, tomando 1,04 e 0,3 como valores aproximados de  $\log_{10}11$  e  $\log_{10}2$ , respectivamente.

- 97 No regime de capitalização composta, esse capital dobrará de valor em menos de 8 anos.
- 98 No regime de capitalização simples, o tempo em que o capital dobrará de valor é superior a 11 anos.

projetos (em R\$ mil)			
período	A	B	C
0	-80.000	-80.000	-80.000
1	10.500	50.000	10.000
2	70.000	-10.000	75.000
3	25.000	65.000	20.000
VPL	2.655	2.622	2.637
TIR	13,96%	14,03%	13,99%

A tabela acima apresenta três projetos de investimento, A, B e C, em que VPL é o valor presente líquido, e TIR é a taxa interna de retorno. Considerando que esses projetos sejam mutuamente excludentes e que o custo de capital é de 12% ao período, julgue os itens que seguem.

- 99 Entre os três projetos, o A apresenta o maior retorno econômico, por ter o maior VPL.
- 100 O projeto C, por ter uma TIR menor, é economicamente menos viável que o projeto B.

RASCUNHO

Acerca do acordo de acionistas previsto na Lei n.º 6.404/1976, julgue os itens seguintes.

- 101** As obrigações ou ônus decorrentes dos acordos de acionistas somente serão oponíveis a terceiros, depois de averbados nos livros de registro e nos certificados das ações, se emitidos.
- 102** O acordo de acionistas cujo prazo for fixado em função de termo ou condição resolutive somente pode ser denunciado segundo suas estipulações.

Com relação às contas que registram as reservas de capital, julgue os itens a seguir.

- 103** O produto da alienação de partes beneficiárias e bônus de subscrição são considerados reservas de lucros.
- 104** O resultado da correção monetária do capital realizado, enquanto não capitalizado, será registrado como reserva de reavaliação.

Segundo as alterações feitas pela Lei n.º 10.848/2004 na Lei n.º 9.074/1995, as concessionárias, as permissionárias e as autorizadas de serviço público de distribuição de energia elétrica que atuam no SIN não poderão desenvolver a atividade de

- 105** transmissão de energia elétrica.

José utilizou recursos financeiros da sua empresa para comprar, a prazo, um veículo para uso particular da sua irmã, que não tem qualquer vínculo com a referida empresa. O veículo foi contabilizado, pelo contador da empresa de José, no ativo imobilizado pelo valor descrito na nota fiscal de aquisição do bem.

A respeito dessa situação hipotética e considerando os princípios fundamentais de contabilidade estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade, julgue os itens que se seguem.

- 106** A situação apresentada caracteriza descumprimento de um dos princípios fundamentais de contabilidade: a objetividade.
- 107** No registro do fato pelo contador, não foi observado o princípio fundamental de contabilidade do registro pelo valor original.
- 108** A aquisição de um bem para uso e propriedade de terceiros, com recursos da empresa, não caracteriza inobservância ao princípio fundamental de contabilidade da entidade porque o bem foi pago.

Uma empresa foi constituída, no início do mês de dezembro de determinado ano, com a integralização de capital em dinheiro no valor de R\$ 20.000,00. Com metade desses recursos, os sócios adquiriram mercadorias para revenda. No final desse mês, todas as mercadorias foram vendidas, a prazo, pelo valor total de R\$ 20.000,00.

Acerca desses fatos e considerando que a empresa tenha utilizado o sistema de inventário permanente para apurar o resultado contábil no final do mês de dezembro do ano em questão, julgue os itens subsequentes.

- 109** No final do mês de dezembro do ano em apreço, o valor do custo das mercadorias vendidas foi de R\$ 20.000,00.
- 110** O valor do lucro bruto no mês de dezembro do ano em questão foi de R\$ 20.000,00.
- 111** O ativo da empresa está representado por bens e direitos nos valores de R\$ 10.000,00 e R\$ 20.000,00, respectivamente.

A escrituração contábil é realizada com base no método das partidas dobradas. Com relação às fórmulas de lançamentos contábeis utilizadas para registro dos fatos, julgue os itens seguintes.

- 112** Lançamento de segunda fórmula registra fatos que envolvem duas contas devedoras e duas contas credoras.
- 113** Lançamento de terceira fórmula registra fatos que envolvem mais de uma conta devedora e uma só conta credora.
- 114** Lançamento de quinta fórmula registra fatos que envolvem cinco contas devedoras e cinco contas credoras.

Com base no Sistema Tributário Nacional, julgue os itens a seguir.

- 115** É vedado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios cobrar imposto sobre o patrimônio e a renda com base em lei posterior à data inicial do exercício financeiro a que corresponda.
- 116** Contribuição é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
- 117** O imposto sobre a importação, que é de competência dos estados, incide sobre a importação de produtos estrangeiros e tem como fato gerador a entrada desses produtos no território nacional.
- 118** A base do cálculo do imposto sobre a propriedade territorial rural é o seu valor de aquisição.
- 119** A base de cálculo do imposto incidente sobre operações de crédito, câmbio e seguro, e sobre operações relativas a títulos e valores mobiliários, quanto às operações de crédito, é o montante da obrigação, compreendendo o principal e os juros.
- 120** Na iminência ou no caso de guerra externa, a União pode instituir, temporariamente, impostos extraordinários compreendidos ou não entre os referidos na Lei n.º 5.172/1966, suprimidos, gradativamente, no prazo máximo de dez anos, contados da celebração da paz.

**RASCUNHO**

## PROVA DISCURSIVA (P<sub>4</sub>)

- Nesta prova, faça o que se pede, usando os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA P<sub>4</sub>**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Em cada questão, qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

### QUESTÃO 1

#### Matriz energética brasileira é mais limpa que a chinesa

A matriz energética brasileira é muito mais limpa do que a chinesa. Segundo o diretor-geral do Instituto Alberto Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa em Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Luiz Pinguelli Rosa, 45% da energia gerada no Brasil é de fonte renovável. Já a China é a maior emissora de CO<sub>2</sub> do mundo, com a matriz centrada na queima de carvão. "É claro que o Brasil deve investir no desenvolvimento da energia eólica e da solar. Mas nós temos outras tecnologias, como o biocombustível, a biomassa e a energia hidrelétrica que nos colocam em condição de protagonismo", diz o cientista.

Enquanto a China pisa fundo em direção ao desenvolvimento da energia eólica e solar, o Brasil ainda passa a primeira marcha nessa questão. Isso não quer dizer que a China é mais compromissada em relação ao meio ambiente. "Eles estão investindo nessas tecnologias dentro da sua estratégia de exportação. É uma questão mais econômica do que ambiental", diz o coordenador-geral de Fontes Alternativas do Ministério das Minas e Energia, Roberto Meira Junior.

De qualquer modo, o físico Paulo Artaxo, da Universidade de São Paulo, defende que o Brasil incentive pesquisas dessas novas tecnologias para não perder terreno para o concorrente emergente da Ásia. "A China tem dois objetivos: exportar esses produtos de alta tecnologia e, ao mesmo tempo, utilizar essas fontes para reduzir emissões sem comprometer seu crescimento. O Brasil deveria também fazer sua lição de casa". Além disso, o físico Paulo Artaxo vê como estratégico o desenvolvimento de sistemas mais eficientes de geração de energia a partir de combustíveis fósseis, principalmente devido ao pré-sal: "Temos de fazer com que a exploração produza o mínimo de emissão de carbono".

Segundo Meira Junior, o Brasil já tem uma cadeia produtiva para produzir turbinas eólicas. Além disso, leilão realizado em dezembro de 2009 selecionou 71 empreendimentos no país, que gerarão 1.805 MW (Itaipu gera 7 mil MW). Há áreas favoráveis para usinas eólicas, especialmente nas regiões litorâneas. Quanto à energia solar, Meira Junior admite que o país não tem uma cadeia produtiva desses equipamentos. "Esta é a tecnologia mais cara para nós. Tudo é importado. A implantação desse tipo de energia é dez vezes mais cara do que a hidrelétrica", diz. "Por outro lado, ela tem outra natureza, pode ser usada em residências e prédios comerciais. Ela é custosa na instalação, mas há o ganho na tarifa, que, no caso residencial, é mínimo", diz Meira Junior. Além disso, nos próximos dez anos, o custo vai cair. Então será atrativo construir usinas solares no país. Segundo Meira Junior, o Brasil pretende criar uma usina-piloto para entender a dinâmica dessa nova fonte.

Marcelo Gigliotti. In: *Jornal do Brasil online*, 1.º/2/2010 (com adaptações).

Tendo o texto acima unicamente como motivador e considerando a necessidade de diversificação da matriz energética brasileira, discorra acerca da importância estratégica dos estudos e das pesquisas destinados a subsidiar o planejamento do setor energético do Brasil. Em seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ finalidade e competências da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) relacionadas às questões abordadas pelo texto;
- ▶ competências do conselho consultivo da EPE.

**RASCUNHO – QUESTÃO 1**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

**QUESTÃO 2**

A Lei n.º 8.884/1994 transformou o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em autarquia destinada a zelar pelos ditames constitucionais de liberdade de iniciativa, livre concorrência, função social da propriedade, defesa dos consumidores e repressão ao abuso do poder econômico. O processo de reestruturação do setor elétrico, com ampliação do número de empresas privadas, ampliação da concorrência e atração de novos investimentos, propiciou a criação, por meio da Lei n.º 9.247/1995, da ANEEL e, posteriormente, exigiu a adoção da Resolução ANEEL n.º 278/2000, que estabeleceu limites e condições para participação de agentes econômicos nas atividades do setor de energia elétrica, evidenciando dois momentos do processo de defesa da concorrência no setor.

Considerando que o texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do papel do CADE e da ANEEL na defesa da concorrência no setor elétrico brasileiro. No seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ função do CADE na defesa da concorrência;
- ▶ função da ANEEL na defesa da concorrência no setor elétrico;
- ▶ complementaridade e conflito de competências entre CADE e ANEEL na defesa da concorrência.

**RASCUNHO – QUESTÃO 2**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	